

Fábio Alves E-mail: fabio.alves@estadao.com; Twitter: @colunafabioalve

O novo preço do real

ica difícil imaginar o dólar voltando para patamar inferior a R\$ 5, mesmo que um pouco de calma e serenidade retorne aos mercados globais de câmbio, com moedas emergentes e de países desenvolvidos recuperando parte das perdas sofridas em relação ao dólar no auge do nervosismo com a situação geopolítica mundial e do pessimismo quanto à magnitude dos cortes de juros nos Estados Unidos.

O real brasileiro mudou de preço. E isso porque, aos olhos dos investidores, uma âncora fiscal com um mínimo de credibilidade deixou de existir no Brasil. Na fotografia de hoje, a nossa moeda vale menos, a não ser que o Banco Central dê um cavalo de pau na sua política monetária e pare de cortar os juros em um patamar bem mais elevado do que o consenso das projeções de analistas aponta hoje, interrompendo o atual ciclo de redução da taxa Selie num nível próximo ou até acima do que os mais pessimistas estimam, de juros ainda em dois dígitos.

Á escalada da tensão entre Israel e Irã e as surpresas para cima nos mais recentes índices de inflação e de indicadores de atividade dos EUA, derrubando as apostas de um maior número de cortes dos juros americanos pelo Federal Reserve, causaram um "overshooting" – disparada – do dólar ante a maioria das moedas internacionais. Assim, é razoável esperar que

Aos olhos dos investidores, uma âncora fiscal com credibilidade deixou de existir no Brasil

qualquer melhora no cenário geopolítico mundial e no ritmo de desaceleração da inflação americana abra espaço para a maioria das moedas se acomodar em patamar mais valorizado em relação ao dólar, reduzindo as perdas recentes.

Mas essa narrativa talvez não sirva para o real brasileiro depois da mudança da meta fiscal de superávit primário em 2025 para déficit zero, com a banda de oscilação permitindo rombo de 0,25% do PIB. Com essa alteração, o governo gerou uma desconfiança no mercado de que, no futuro, ainda possa piorar as metas outra vez, para acomodar aumentos de gastos condizentes com as ambições políticas em ciclos eleitorais.

Sem uma âncora fiscal crível, a política monetária precisa carregar um fardo adicional para conter a piora nas expectativas inflacionárias, limitando a demanda e novas pressões sobre os preços. Caso contrário, um dos reflexos imediatos será no câmbio. Mas, então, onde vai parar o dólar?

Mesmo se houver uma melhora no estresse externo, sem uma sinalização do BC de uma política monetária mais apertada, diante da implosão do arcabouço fiscal, o preço do câmbio estaria muito mais próximo de um dólar ao nível atual, perto de R\$ 5,20, do que a R\$ 5,00. E isso com uma boa dose de condescendência. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Liu: Carlos Trabuco Capie i Henrique Meirelles (revez am quitz enatmente) • TER. Derris Getschlo (quitzenatmente) • OLD. Hors Gribel (quitzenatmente) • SEX. Elena Landau e Laura Karpuska (revezam quitzenatmente) • DDM. José Roberto Mendonça de Description (production of the description of the

Setor de eventos Benefícios mantidos

Câmara aprova projeto de lei para o Perse

Em votação simbólica, texto que agora segue para o Senado inclui 30 setores de atividades no teto de R\$ 15 bilhões até 2026

IANDER PORCELLA VICTOR OHANA

Os deputados aprovaram ontem, em votação simbólica, projeto de lei que reformula o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado durante a pandemia para socorrer empresas em dificuldades financeiras. O texto segue agora para análise do Senado.

> Articulação Acordo foi fechado em reunião na residência do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL)

No total, 30 setores da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAEs) foram beneficiados. A relatoria havia anunciado que seriam 29. A Fazenda pretendia reduzir a lista de 44 para 7.

A equipe econômica queria acabar com os beneficios de imediato e chegou a editar uma medida provisória (MP) com esse objetivo, mas teve de ceder ao Congresso e enviar, no lugar, um projeto de lei com um meio-termo. A extinção do Perse, pela proposta aprovada na Câmara, ocorrerá somente em 2027. O custo do programa

até o fim dos incentivos, contudo, ficará limitado a R\$ 15 bilhões.

O acordo para a votação foi fechado em reunião na residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), da qual participaram líderes partidários, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o secretário executivo da pasta, Dario Durigan.

"O Perse não tem bandeira partidária. É fruto do Congresso Nacional", disse no plenário da Câmara o deputado Felipe Carreras (PSB-PE), autor do projeto inicial do Perse, em 2021.

A deputada Renata Abreu (Podemos-SP), relatora da proposta, colocou uma trava para impedir que o custo dos benefícios ultrapasse o teto de R\$ 15 bilhões em três anos. A parlamentar criou uma regra para que, caso os incentivos atinjam o limite antes do fim de 2026, o programa seja extinto de forma antecipada.

"A gente conseguiu acordar o valor de R\$ 15 bi-lhões a partir de abril. Ou seja, esses três ou quatro meses que ainda tinham questionamento dos números não vão entrar para a conta", disse a deputada. Se chegar a esse teto, segundo ela, o programa se-rá travado. Renata afirmou acreditar que o limite não será atingido antes do fim de 2026, quando ocorrerá a extinção do Perse. A fiscalização será feita bimestralmente pela Receita Federal.



pressreader PressReader.com +1 604.278.4604
cornsient and protection yearlicket.ing

a